

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,  
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2006:** \_\_\_\_\_

---Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Esposende e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de António Fernando Couto dos Santos, na qualidade de Presidente da Mesa da mesma. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respectivamente, Manuel Fernando Torres Arezes e Emídio Real de Morais.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

João Maria de Sousa Nunes da Silva,  
António Maranhão Peixoto,  
Orlando Martins Capitão,  
Manuel Albino Penteado Neiva,  
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe,  
Pedro Tiago Teixeira Saleiro Maranhão,  
Nuno Filipe Cangostas Teixeira Lopes,  
Luís Manuel Areia Loureiro Basto,  
Carlos Manuel Vasco Afonso Novo,  
José Manuel Neiva da Cruz,  
António Veiga de Araújo,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,  
António Manuel Rossas Pereira,  
António Pilar Ferreira,  
Ana Margarida Ferreira Morgado,  
António Luís Faria da Costa Ribeiro,  
José Luís da Silva Ribeiro;  
António Cruz Viana,  
Emílio Moreira dos Santos Dias,  
Manuel Fernando Lima Meira Torres,  
Mário Ferreira Fernandes,  
José Eduardo de Sousa Felgueiras,  
José Artur Saraiva Marinho,  
António Vendeiro Catarino,  
Sílvio de Azevedo Abreu,  
António Martins Neves,  
José Augusto Azevedo Sousa,  
José António Sampaio Brás Lima, em substituição de Abílio Ceba Cerqueira,  
José Maria Losa Esteves,  
Jorge Manuel Neto Filipe,  
Joaquim Carvalho Rosmaninho e  
António Carlos Vieira da Silva

---Sendo dezassete horas e vinte minutos, verificando-se haver “quorum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Fernando João Couto e Cepa, em representação desta. -----

---Verificou-se, entretanto, a ausência do seguinte elemento: \_\_\_\_\_

Manuel Sérgio Miranda Zão. -----

----- Verificou-se também a presença dos senhores Vereadores da Câmara Municipal Dr. António Garrido e Dra. Emília Vilarinho. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, cópia do Balancete do Razão do Plano da Geral.-----

Foi entregue aos membros da Assembleia, para conhecimento, listagem de execução de empreitadas em curso, bem como dados referentes à percentagem de execução das mesmas.

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

No período antes da ordem do dia intervieram os seguintes membros deste órgão:  
Orlando Capitão, cujo teor da participação infra se transcreve:

*“Em sessão ordinária de 7 de Abril, há portanto mais de oito meses, foi aprovado por esta Assembleia o Regulamento de Exploração e Funcionamento da Estação Central de Camionagem de Esposende. A aprovação ocorreu depois do Senhor Presidente da Câmara ter apelado à sua votação, “atendendo a que a Estação Central de Camionagem estará encerrada enquanto o seu regulamento não entrar em vigor”.*

*Não sei o que aconteceu ao Regulamento, se entrou em vigor ou não. O que sei é que foi aprovado por esta Assembleia. E também sei que a Central de Camionagem não entrou ainda em funcionamento.*

*Já se falou pelo menos em dois destinos das instalações para esse efeito construídas, mas nenhum deles tinha a ver com camionagem.*

*Foi para solucionar qualquer situação imprevista ou para Estação Central de Camionagem que a Câmara fez este investimento? E foi para não funcionar ali uma central de camionagem, que, com tanta pressa, aprovamos esse Regulamento?”*

Continuando a sua intervenção: *“Na sessão ordinária de 28 de Setembro aludi à situação em que a DOCAPESCA, PORTOS E LOTAS, S.A., pretendia impor normas de funcionamento da Lota de Esposende que os pescadores desta cidade consideravam lesivas dos seus*

*interesses, por limitar a concorrência à lota apenas a comerciantes do ramo, devidamente colectados para proceder à revenda*

*Embora reconhecendo que a solução do assunto não competia à Câmara Municipal, abordei-o porque, constituindo atribuição do Município tudo o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das respectivas populações, sempre caberia à Câmara defender o interesse dos pescadores esposendenses junto da entidade com competência legal para regular o funcionamento da lota.*

*Soube depois que, afinal, a voz dos pescadores esposendenses acabou por ser ouvida pela DOCAPESCA e que a decisão final acabou por vir ao encontro dos seus justos anseios.*

*Se para essa solução contribuiu a acção do Senhor Presidente da Câmara, quero felicitá-lo por isso. “*

Orlando Capitão apresenta de seguida uma proposta e recomendação, com o seguinte teor:

*“A Comunicação Social tem feito eco de um diferendo existente entre o Conselho Directivo do Baldio dos Sargaceiros da Apúlia e a Câmara Municipal de Esposende, a propósito de um baldio situado no Lugar de Cedovém.*

*Consta que a Câmara pretende aí construir habitação social, quando a Administração do Baldio, designadamente o seu Conselho Directivo, pretende ali criar um Parque Temático, com Centro de Interpretação / Museu / Casa dos Pescadores, com o objectivo de registar toda a história da relação da população da Apúlia com o Mar.*

*É mais que evidente o interesse público da construção de habitação social que, naturalmente, vai resolver problemas graves de habitação a famílias da Apúlia.*

*Mas não deixa de ser também de interesse público e de elevado interesse cultural o registo e preservação da memória de uma actividade da população local que tem utilizado esse baldio, atribuído pela Casa de Bragança por escritura de remissão e aforamento, de 20 de Outubro de 1877, para nele secarem “os sargaços que tiram do mar”.*

*De acordo com essa escritura e com o disposto na Lei dos Baldios em vigor esta finalidade deve ser respeitada.*

*Mas a Lei n.º 68/93, de 4 de Setembro, permite que a parcelas de baldios que deixem de ser necessárias para as finalidades tradicionais se dê outros destinos. E assim, quer a pretensão da Câmara Municipal, quer a pretensão do Conselho Directivo deste Baldio, são legalmente viáveis. São viáveis e perfeitamente conciliáveis. O baldio comporta perfeitamente os dois empreendimentos e ainda resta área suficiente para a secagem de sargaço.*

*Porque é assim, entendo que deveria haver um esforço para pôr fim ao diferendo existente e encontrar uma solução que venha dar à Apúlia dois empreendimentos de inestimável interesse para a Freguesia e para o Município de Esposende.*

*Neste sentido, proponho:*

*1 - que a Assembleia Municipal de Esposende faça baixar este assunto à sua Comissão Permanente para que ouça os gestores legais do baldio e recomende à Câmara Municipal a entrega a essa Comissão de informação precisa do que pretende ou pretendia fazer no local;*

*2 - que, se for aprovado o ponto 1, a Comissão faça as diligências necessárias rapidamente e apresente relatório ao Plenário desta Assembleia, no prazo máximo de 45 dias.”*

Orlando Capitão termina a sua intervenção dizendo: *“Para terminar quero, em meu nome e do Grupo Político do CDS/PP, apresentar ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos srs. Vereadores, a todos os membros desta Assembleia, aos funcionários da Câmara e das empresas municipais, à Comunicação social e a todos os munícipes deste concelho, votos muito sinceros de Boas Festas de Natal e de um ano de 2007 muito feliz.”*

Manuel Carvoeiro, cujo teor da sua participação infra se transcreve:

*“Neste final de ano, emerge um olhar necessariamente crítico sobre a gestão encetada pela Maioria que conduz os destinos desta Terra encostada ao mar.*

*Não se trata, aqui, de expender a crítica fácil. Antes, porém, alicerçada na realidade objectiva, dizer que a Maioria PSD continua a fazer opções e a realizar obras sem a marca do planeamento e, portanto, do pensamento estratégico!*

*Temos, como exemplo, a Casa da Juventude. Esta infra – estrutura contempla, de forma assumida, no plano das suas valências, a Escola de Música. Não estamos em desacordo com o funcionamento desta escola artística na designada Casa da Juventude. No entanto, não se compreende que, numa obra tão cara, não exista um auditório, espaço sempre necessário numa escola de música. Falo, pois, de um auditório que reúna as condições de adequabilidade, habitabilidade para a realização de espectáculos organizados, desde logo, pela Escola em apreço. Assim, apesar do dinheiro investido, continuamos a assistir ao nomadismo dos professores, funcionários e alunos desta Escola de Música que, pelo menos, nos dias das audições, têm que se deslocar, ora para o Museu Municipal, ora para o Auditório Municipal! Dirão: Não é assim porque existe um auditório no renovado edifício. Certo. Mas, quem sabe destas matérias diz que o referido espaço é exíguo e, estando mesmo encostado a um bar, põe em causa a sua adequabilidade no que concerne à efectivação de espectáculos, concretamente, de música clássica. Ademais, sem qualquer isolamento acústico, pontificam casas de banho por cima das chamadas salas de instrumento. Mais importa dizer que o edifício Casa da Juventude não tem um sistema de aquecimento central!!! Por isso, é ver, agora, nestes dias de frio, as crianças, professores e funcionárias, bem como os pais que esperam seus miúdos a “bater” o dente naquele casarão de paredes robustas. E o elevador? Sim, o elevador está lá, só que, desde Agosto até á presente data, nunca funcionou. Não se compreende, pois, que este edifício apresente tantas maleitas! Então não pensaram nestes aspectos*

*fundamentais? Por isso, importa questionar se a anunciada 2.ª fase de intervenção na Casa da Juventude tem ou não a ver com todas estas debilidades que configuram verdadeiras situações problemáticas relativas ao funcionamento desta infra – estrutura, designadamente, da valência – Escola de Música. Por certo, se tivesse acontecido um debate participado sobre o destino daquele edifício, não duvido que ali teríamos uma moderna escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico, quiçá, um espaço educativo vocacionado para garantir a Educação Primeira (educação pré – escolar e 1.º Ciclo) das crianças e Jovens da Freguesia de Esposende. De resto, a Casa da Juventude com o formato funcional que apresenta não irá, estamos certos, colmatar o grande deficit de acção e intervenção, quer no que concerne aos jovens, quer, numa perspectiva mais ampla, no que tange às realizações culturais. Efectivamente, Esposende precisava de um Espaço, qual Casa das Artes ou Centro de Acção/Intervenção e Animação Associativa e Cultural, onde teria lugar, necessariamente, a Juventude! Seria um espaço polivalente e com capacidade mobilizadora da Comunidade. Com a opção tomada temos uma Casa Cor de Rosa, bonito invólucro, mas cujo miolo começa a dar mostras de alguma aridez.*

*Ao mesmo tempo que percebemos esta realidade, uma outra, com o timbre do imprevisto marca os dias nesta Cidade – Esposende. Falo dos contentores, embora climatizados, onde funciona a Escola Básica do 1.º Ciclo de Esposende. O que justifica estas opções, Sr. Presidente da Câmara? O que vale uma casa da Juventude bonita por fora, mas cheia de debilidades estruturais por dentro, sem plano de actividades, se as nossas crianças não têm um edifício condigno para factualizar as suas aprendizagens num tempo que designo de educação Primeira?*

*Mas há mais exemplos que demonstram a falta de rumo da Maioria que nos governa no concelho de Esposende: Refiro o Mercado Municipal. Este espaço foi, recentemente, alvo de obras de requalificação/recuperação. Quando assim se procede, quando se requalifica ou renova, eis o momento privilegiado para colmatar falhas pretéritas e avançar no sentido de criar melhores condições para todos os utilizadores. O que vemos, então? Vemos um Mercado Municipal, certamente caso único, que não tem câmaras frigoríficas que permitam o funcionamento de talhos. Por que acontece isto, Sr. Presidente da Câmara? Será para*

*afirmar a nossa triste singularidade em termos comparados? Estaremos nós certos e os outros, os nossos vizinhos, errados?*

*Falemos da Central de Camionagem! Obra, anunciada com pompa e circunstância, há muito concluída, dizem, mas lá continua fechada, bem fechada, enquanto os passageiros continuam condenados a, na avenida marginal e noutras paragens desta cidade, suportarem, nos tempos de rigor climático o frio e a chuva, tantas vezes tocada com força pelo vento que sopra. Será que, também assim acontece, neste caso, para afirmarmos a nossa singularidade, isto é, mostrarmos aos outros que temos uma Central de Camionagem construída de raiz, com regulamento de utilização aprovado, com grande azáfama nesta Assembleia Municipal, mas que continua fechada? Será para poupar este edifício ao desgaste que, inexoravelmente, advém da sua utilização? Por que não funciona a Central de Camionagem, Sr. Presidente da Câmara? Responda, Sr. Presidente, o tempo urge e o povo de Esposende exige uma resposta.*

*Não resisto a questioná-lo, Sr. Presidente da Câmara, sobre um espelho de água localizado ali próximo do Palácio da Justiça, creio que na rua ou largo Lopes Cardoso, o qual mais parece um receptáculo de resíduos sólidos! Dirá V.<sup>ª</sup> Ex.<sup>ª</sup>: o problema é a falta de civismo. Concordo! Mas, também é o problema de uma autarquia que, passivamente, assiste a cenário tão degradante. É que o referido quadro, na nossa urbe, existe como caixote de porcaria há muito tempo e nada tem sido feito para lhe pôr cobro. E tudo isto acontece numa Terra onde se fala tanto, tanto de Educação Ambiental. Também, nesta vertente, desde logo, no abandono de muitos espaços urbanos, somos, tristemente, singulares. Até quando, Sr. Presidente da Câmara?*

*Para finalizar, não posso deixar de referir um problema que nos dias de chuva atormenta os automobilistas que circulam na Estrada Nacional n.º 13, concretamente entre a Estalagem Zende e a Quinta da Teresinha, nas Marinhas. Sr. Presidente da Câmara, todos sabemos da perigosidade que constituem as águas que ali se acumulam. Todos sabemos, também, que outrora, naquela zona havia ribeiros que permitiam a circulação e drenagem das águas em tempo de pouca ou muita chuva. Hoje, não sei se o curso dos referidos canais de drenagem, os ribeiros de antanho, foram ou não obstaculizados pela acção do Homem. Com tanta construção civil, em tal sítio, parece que sim! Só que, como temos assistido, a força das águas não perdoa e extravasa as margens dos ribeiros que as comprimem ou o betão que lhes*

*esbarra a sua caminhada em direcção ao mar. São as águas que, em lençol quase mimético, provocam acidentes nas estradas de passagem quotidiana. Esta realidade não o preocupa Sr. Presidente, enquanto titular deste Órgão Executivo do município – Câmara Municipal? O que se passa, Sr. Presidente? Por que razão outrora não havia acumulação de tanta água no local referido, e, passar, agora, em tal sítio, nos dias de chuva, é um verdadeiro martírio e constitui um grande perigo para a segurança das pessoas? O que tenciona fazer a Câmara Municipal para debelar este grave problema, Sr. Presidente?*

*Como vêem não alinhei na crítica fácil. Ancorei o elenco das situações expandidas em realidades vivenciais que marcam o quotidiano das gentes deste concelho. Este é o meu papel. Esta é uma obrigação que assumi perante os eleitores. Estou a cumprir o que prometi aos Esposendenses. Suportar, sempre e sempre, o meu dizer, aqui na Assembleia Municipal, no sentimento que flui, também, da fala de muitos e muitos Esposendenses.*

*Assim, de forma responsável, continuarei a defender os interesses do nosso concelho.*

*Disse.”*

*Segue-se data e assinatura.*

João Nunes, cujo teor da sua participação infra se transcreve:

*“Todos sabemos que o Concelho de Esposende, não deu, no acto eleitoral de Outubro 2005, autorização à maioria camarária, para conduzir ao processo acelerado de esvaziamento das competências da Esposende Ambiente. Não havia nesse manifesto eleitoral qualquer proposta nem de novos desafios nem de novas metas que levassem à desagregação da Esposende Ambiente.*

*Revisitando Dezembro de 2004, dizíamos então, que transformar os Serviços Municipalizados em Empresa Municipal, “seria o primeiro passo para a privatização ou para o desmoronamento total dessa estrutura e que seria um enorme erro político da maioria PSD/Esposende, “abrir mão” das águas e saneamento, um dos maiores senão mesmo o mais essencial dos serviços públicos”. Nem dois anos foram necessários para assistirmos ao início do desmantelamento da Esposende Ambiente.*

*O Saneamento em alta, já foi borda fora. As Águas, mudarão de mão, mais depressa do que se possa imaginar. E a Esposende Ambiente com que fica? Com os jardins? Com as receitas dos lixos?*

*Para a população do Concelho de Esposende, aquele protocolo com as Águas do Ave não traz qualquer vantagem. Para os cofres do Município, que vende “receitas futuras”, por um punhado de moedas, traz no imediato, a entrada de uns tostões que irá obrigar gerações futuras, a desembolsar milhões de contos. Não é perceptível o compromisso da Câmara Municipal de Esposende em pagar às Águas do Ave mais de 20 milhões de euros, a troco do recebimento no imediato de 1,8M€ (um milhão e oitocentos mil euros).*

*A conversa é a mesma de sempre: são necessários investimentos mas o Município de Esposende não tem dinheiro. Mas se tem dificuldades de tesouraria porque se gastaram 300 mil euros na compra de um terreno para construção de uma sede cujo futuro será, o de apenas gerir os jardins?*

*Em 2004, para dar aval à nascitura Esposende Ambiente, a Autarquia afirmava que os investimentos necessários nesta área, Saneamento, rondariam os 17,5 milhões de euros. Um ano depois, no Relatório de Contas dessa Empresa Municipal, declara-se a necessidade de investimentos, até 2013, na ordem dos 25 milhões de euros. Em Novembro de 2006, 10 meses depois, o Presidente do Conselho de Administração da Esposende Ambiente afirmava que era preciso investir entre 48 a 50 milhões de Euros.*

*Que credibilidade atribuir a estes números, já que representam, em termos de urgência, “falsas necessidades”? Todos sabemos que a única preocupação em apresentar números astronómicos, por parte do Município, apenas serve para suggestionar os menos atentos, mas senhores deputados, numa situação grave como esta, exigia-se alguma razoabilidade, algum bom senso, discussão pública, algum equilíbrio e contenção, para que qualquer Município deste Concelho, não se sinta minorizado intelectualmente.*

*Se as Águas do Ave se comprometem a realizar investimentos na ordem dos 17 milhões de euros, quem é que paga os milhões de euros que faltam para o tal número imaginário de 50 milhões?*

*Diz-se que até 2013 os Investimentos das Águas do Ave serão de 17 milhões de euros, mas dizemos nós, porque não 9 ou 8 milhões? Se as actuais 7 ETAR'S em funcionamento, com as estações e condutas elevatórias, mais a Estação de Tratamento de Lamas, custaram à Autarquia cerca de 8 milhões de euros, porque carga de água é que a construção, apenas de 1 ETAR, e ainda, estações e condutas elevatórias hão-de custar os tais 17 milhões?*

*Estando esta análise baseada nos documentos distribuídos aos Senhores Vereadores, desconhecendo-se portanto a existência de outros, porque não se apresenta, voluntariamente, um caderno com descrição dos investimentos e com o custo individual de cada obra?*

*E mesmo que as Águas do Ave invistam os tais 17 milhões de euros, é conveniente e honesto salientar, para que ajuizemos com mais rigor, que devido à comparticipação financeira do Fundo de Coesão/Fundos Comunitários, cerca de 50%, aqueles valores apenas significam um esforço financeiro das Águas do Ave, igual a metade daquilo a que se compromete. Para as Águas do Ave que paga no imediato 1,8 milhões de euros, que investe à sua custa 8,5 milhões de euros e arrecada até ao fim do contrato, no mínimo, 20 milhões de euros, pagos pelo Município de Esposende, não há dúvida que faz um belíssimo negócio.*

*Estando o Saneamento no Concelho, com cobertura de 75%, mas apenas com adesão da população na ordem dos 60%, não seria mais razoável, não seria preferível, o total empenhamento do Município em “pôr na rede” os 40% que ainda não aderiram? Porquê tanta pressa se a actual disponibilidade de saneamento, é até excedentária à vontade dos Municípios?*

*E se não houver adesão da população será que são os mesmos, os cerca de 10 mil, que agora estão na rede, que terão de suportar as contrapartidas financeiras a pagar às Águas do Ave?*

*No Contrato de Recolha de efluentes, no Anexo I, onde se descreve os valores mínimos garantidos a pagar às Águas do Ave, mais de 20 milhões de euros, constatamos que o caudal*



*de efluentes a tratar, já no ano de 2007, será de 1,4 milhões de m<sup>3</sup>, e que, até ao ano de 2036, período da concessão, sofre aumento anual, na ordem dos 0,25%.*

*É no mínimo estranho, e aqui vos queremos deixar, para meditação, que no Relatório de Contas da Esposende Ambiente, ano 2005, o total de efluentes tratados, rondaram 1.040.000m<sup>3</sup>. Desta forma, pergunta-se como é que de 2005 para 2007, aqueles efluentes, sobem cerca de 37%? Porque será que no período do contrato assinado, o caudal de efluentes recolhidos, sobe 3 a 4 mil m<sup>3</sup> por ano, mas de 2005 para 2007 esse caudal assumido pela Esposende Ambiente sobe cerca de 400 mil m<sup>3</sup>?*

*Não estará o Município de Esposende a cometer o mesmo erro que outros Municípios cometeram quando aderiram às Águas do Cávado, dando como valores mínimos de consumo, valores exageradamente altos?*

*É que aqueles 400 mil m<sup>3</sup> de efluentes, representam a custo do contrato, mais 175 mil euros por ano, isto é, cerca de 35 mil contos. Este valor multiplicado por 30 anos dá um lucro fabuloso, mais de um milhão de contos, mas é para as Águas do Ave. Então porque pagar a mais estes valores? Parece-nos evidente, salvo melhor explicação, que esta não foi nem é, a melhor forma de acautelar os interesses do Concelho de Esposende. O caminho escolhido não merece o nosso apreço, a não ser que alguém possa afirmar e demonstrar que o Relatório de Contas da Esposende Ambiente, ano de 2005, bem como o relatório de contas do SMAS de 2004, estão errados.*

*Se as actuais Receitas das Tarifas do Saneamento somam aproximadamente o mesmo que o Município se compromete a pagar às Águas do Ave – 590 mil euros/ano – onde é que a Câmara de Esposende arranjará dinheiro para pagar a manutenção e conservação em baixa? Sabemos que, como de costume, será o “povo”, a pagar mais este sacrifício (!), mas quanto é que isso representa? Então há tempo e preocupação para fazer bem as contas para os benefícios das Águas do Ave e até hoje ninguém se preocupa em informar quanto pagará cada Muncipe, cada comércio ou indústria? Que ninguém se espante, se a curto prazo, o custo de saneamento for igual a 1 (um) euro por m<sup>3</sup> de água consumida.*

*Sendo o Município de Esposende uma pessoa de bem, porque é que só há obrigações para a Autarquia (p.ex. apresentação de caução bancária), e as Águas do Ave não têm obrigações significativas, podendo até dar-se ao luxo de não executar qualquer das infra-estruturas previstas no Anexo I do protocolo, obrigando-se somente a transferir o valor equivalente ao investimento não realizado, isto é, não sofre qualquer penalização. (ponto 5 da cláusula 2<sup>a</sup> - protocolo).*

*Entendam V.Excas., senhores do poder executivo no Município de Esposende, que as críticas aqui proferidas, nem pretendem hostilizar nem ambicionam dividendos políticos. É o interesse e a defesa do Concelho de Esposende que nos importa.*

*Comentar ou Criticar é afinal, um acto essencial à democracia. Sem oposição não pode existir democracia.*

*Ficamos com grande mágoa, pela decisão tomada, sem qualquer discussão pública acerca de um assunto que irá penalizar gerações futuras, e para o qual a maioria não estava mandatada nem tinha procuração, mas a democracia permite que, mesmo sem discussão, tenhamos que aceitar a imposição de uma decisão, prejudicial para o Concelho de Esposende, ainda que, nunca fiquemos resignados.*

*Pode invocar-se a necessidade deste negócio, com o que discordámos, mas para que fosse mais justo, mais equilibrado e transparente, os valores mínimos garantidos a pagar pelos Esposendenses, mais de 20 milhões de euros, deveriam sofrer uma redução na ordem dos 30%.*

*A não ser assim, estamos diante de um negócio leonino, onde só ganha as Águas do Ave.*

*Com discussão pública, com transparência e com as explicações que os Municípes mereciam, bem como, com os contributos que todos devem fornecer no interesse e na defesa do nosso Concelho, provavelmente, este negócio ter-se-ia realizado na mesma.*

*O que evidentemente não acontecia, é que fosse realizado àquele preço.” Segue-se assinatura.*

Carlos Afonso Novo, cujo teor da sua participação infra se transcreve:

*“Hoje, dia 20 de Dezembro de 2006 é dia de uma Reunião Ordinária que se torna positivamente anormal por ser a última, em princípio, deste ano civil.*

*Por isso, porque tenho um sentimento diferente do comum acho que devo tecer algumas considerações de louvor e de reconhecimento e porque trabalhamos juntos tenho o dever de diferenciar a grande dedicação do Presidente da Câmara, João Cepa, e o esforço que conjuntamente com o Presidente da Assembleia, Couto dos Santos, têm feito em prol deste concelho.*

*Vemos grandes obras a executarem-se sem grande alarido ou publicidade, vemos projectos, mesmo com o P.S. no Governo, a terem algum valor e consideração como é o caso da “famosa” barra do Cavado e a visita do Governo à mesma, etc.*

*Recordo que a bancada anterior do P.S. reconheceu publicamente que o antigo SMAS funcionou bem e que deu lucro, o que não se verificava há anos enfim, verificamos que a oposição embora reconheça um ou outro erro ou esquecimento, não deixa de dar grande valor a João Cepa, Presidente da Câmara de um pequeno concelho, que usa de total transparência, que sabe gerir convenientemente os interesses de Esposende e que “preto no branco” e “olhos nos olhos” não tomou posições catalogadas negativamente como concelhos bem conhecidos. Parabéns João Cepa, parabéns Couto dos Santos ambos a 100% a favor do concelho e seus interesses.”*

José Felgueiras, cujo teor da sua participação infra se transcreve:

*“Gostaria, nesta oportunidade, de tornar público que a Junta de Freguesia de Esposende, aqui por mim representada, se associou com júbilo às comemorações do bicentenário do nascimento desse grande vulto nacional e orgulho do nosso concelho, quiçá o mais célebre filho de São Bartolomeu do Mar – António Rodrigues Sampaio.*

*Pena foi o não podermos ter assistido às solenidades e às conferências de abertura; mas ficamos satisfeitos ao sabermos que atingiram grande nível.*

*Rodrigues Sampaio, filho de um casal modesto de lavradores – passaria a vida no grande anonimato dos que nascem e morrem, sem que o seu nome se distinga da vulgaridade, se não estivesse predestinado a desempenhar um papel importante na história das liberdades públicas. Assinalar, por isso, a data do seu nascimento, honra sobremaneira quem o faz, pois, “rejubila a Pátria que pôde contar com um filho desta fibra, que muito lhe valeu em horas difíceis”, como alguém escreveu há cem anos.*

*E há 100 anos, precisamente, os conterrâneos de Rodrigues Sampaio, celebraram*

*entusiasticamente esta data gloriosa, com o lançamento da primeira pedra do monumento que lhe iriam erguer e que ainda hoje existe.*

*Ouvi, com atenção, uma intervenção do Dr. Albino Penteado Neiva na Esposende Rádio, no primeiro dia das comemorações e não deixei de reflectir no que disse este ilustre investigador, enquanto alinhava esta minha intervenção.*

*É verdade que há 100 anos, o povo acorreu em massa. Vibrou. E grande parte da intelectualidade dessa altura, os chamados liberais republicanos, que encabeçaram tão justa homenagem, eram os mais ferozes críticos do poder local e nacional de então.*

*“A inauguração realizou-se com toda a solenidade e a ela assistiram as autoridades civis e militares da terra, as pessoas de mais distinção do concelho: família de Rodrigues Sampaio, professores das escolas primárias e grande concurso de povo, vindo muita gente das cercanias”.*

*O contraste entre o ontem e o hoje é incomodativo. E da comparação surge a pergunta: Quem referencia Rodrigues Sampaio? Ou o seu monumento? O que se sabe dele? Ou melhor: estamos a celebrar o quê?*

*Aquele monumento, que tanto honra a memória do homem a quem é dedicado, como a povoação que o levantou, honra também os filhos desta terra quase constituíram em Comissão Executiva.*

*O busto foi modelado pelo conceituado escultor José Moreira Rato Júnior e fundido em bronze, na fundição do Arsenal do Exército, onde também fora fundida, no mesmo metal, a grade que o resguardava.*

*Dizem crónicas da época que se cantou um hino a Rodrigues Sampaio, com letra de Álvaro Pinheiro e música de João de Freitas, que foi entoado por um Orfeão de mais de 500 crianças das escolas do concelho.*

*Foi o acto mais encantador e ao mesmo tempo o mais comovente, escreveu-se.*

*Senhor Presidente,*

*O tal Monumento, foi entregue à Câmara Municipal, que iria ajardinar a praça, o que seria de grande embelezamento, contanto que não se vedassem grades, porque “as flores são como tudo que da terra nasce e para a liberdade aspira”.*

*Rodrigues Sampaio, “era um homem que passou dezenas de anos – senão na penúria, na mais acanhada mediania.*

*Rodrigues Sampaio teve na mão todos os partidos e todos os ministérios, dispôs de quanto meios podem elevar à eminências do poder, um homem político, porque se não era orador de temperamento, não lhe faltava a palavra na tribuna, e só foi ministro na rampa da vida, sobre os sessenta anos!”, escreveu Bulhão Pato em 19 de Julho de 1906.*

*Sampaio, de facto, não foi um personagem qualquer. Ele foi acima de tudo uma figura popular. A prova provada de que um intelectual, dos mais profundos e profícuos, pode ser uma figura popular. É essa faceta que, em minha opinião, não se vê espelhada junto da população, que, na sua grande parte, continua a desconhecer a envergadura daquele homem.*

*Sem querer ir “além das minhas chinelas” gostaria de perguntar:*

*Hoje, o que se pensa, o que pensamos nós, de Rodrigues Sampaio; dele e do seu monumento? O que sabemos nós acerca deles?*

*E, acima de tudo, que respeito nos merecem ambos?*

*Não quero respostas! Tem toda a razão de ser a pergunta do Dr. Penteado Neiva. É uma pergunta que já trás implícita a resposta!*

*Rodrigues Sampaio tem levado tratos de polé. O seu monumento; a sua memória. Já o mudaram não sei quantas vezes. Já o viram outras tantas. Puseram-lhe um posto de gasolina à frente; tiraram-lhe as grades; circundaram-nos com estacas, puseram-lhe arame farpado e agora como diz um amigo meu, está no meio duma gamela de pedra...Só falta deitá-lo de costas, ou atirá-lo ao rio!!!.*

*Do monumento escola, que foi transformado na Casa da Juventude, mas que mantém praticamente a estrutura exterior, desapareceu, para sempre o seu nome... Isto, no ano da graça das comemorações do bicentenário do seu nascimento!*

*Fatal, coimo o destino é a ingratidão humana, Senhor Presidente!*

*Senhor Presidente da Câmara,*

*Senhor Presidente da Assembleia,*

*Caros Deputados,*

*Eu comecei a respeitar Rodrigues Sampaio aos 12 anos. No dia em que Humberto Delgado foi impedido de lhe depositar uma coroa de flores. Foi nesse dia que me apercebi da grandiosidade de tal personagem, quando cheguei a casa e perguntei quem era. Respondeu-me o meu avô, velho monárquico, admirador de Paiva Couceiro e da Monarquia do Norte, um homem do mar, que se lembrava ainda a inauguração do monumento, que me contou tudo.*

*A partir daí, passei a ser um admirador desse conterrâneo ilustre.*

*Ao celebrá-lo, entendo que, no mínimo devemos ser dignos de um homem desta dimensão e também, dos homens que, há cem anos, com muito custo, o homenagearam e perpetuaram a sua memória.*

*Se Rodrigues Sampaio, engrandece o concelho, se engrandece Esposende, é justo que ao homenageá-lo, procuremos potenciar-lhe as virtudes e transmiti-las às novas gerações. Não critico nem dou conselhos. Apenas constato e espero pelos resultados. Espero, muito sinceramente que tudo o que tem vindo a ser feito e se fará, venha a ter os resultados esperados...Não partilho nem tão pouco sou admirador da chamada “mentalidade fracturante”, ou de “vanguarda”, por isso, continuo arcaicamente sensível à defesa intransigente do bom nome das Instituições a que pertencemos.*

*Por isso, Senhor Presidente da Câmara, permita que lhe faça um pedido, que sendo aqui formulado, é público:*

*Será possível a esta edilidade, responder a uma pergunta que toda a gente em Esposende faz e continua a fazer, mandando investigar o que foi feito das grades que rodeavam o monumento e que foram pagas pelo povo, através de subscrição pública?*

*Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> Sr. Presidente, com seta afiadas ou boleadas, sempre entendi (e V. Ex.<sup>a</sup> também, diga-se de passagem...), bem como o povo de Esposende de quem sou interprete e que sufragou tal entendimento, que as tais grades deveriam lá ser repostas.*

*Eu sei que se mudam os tempos e se mudam muito mais depressa, as vontades. A edilidade de hoje, não é, naturalmente, a Edilidade de há cem anos...*

*Mas a coerência não tem idade, Sr. Presidente! Quem homenageia no princípio, também homenageia no fim!*

*E por isso, sei que um dia, V. Ex.<sup>a</sup>, como pessoa de bem, lá as mandará colocar. Bem ou mal, enquadradas arquitectonicamente, com setas viradas para o céu ou com rosas sem espinhos, no espaço integrante do próprio monumento, tal qual como ele foi concebido e executado.*

*Finalizo, citando Álvaro Pinheiro, um poeta esposendense que fez parte da Comissão Executiva que ergueu o monumento a Sampaio:*

*Nasceu um Sol, há cem anos;  
Outro, então, há quantos cem!  
Dos dois, à luz, não sei bem,  
Qual desvendou mais arcanos.*

*Um existe – e sempre exista!  
Outro, não; vive na História;  
Já não brilha à nossa vista,  
Mas brilha em nossa memória!”* Segue-se data e assinatura.

Luís Basto, cujo teor da sua participação infra se transcreve: *“Tem-se vindo a registar nos últimos tempos a degradação da sinalização horizontal na Estrada Nacional 13 no trajecto que atravessa o nosso concelho.*

*É particularmente relevante a falta de marcações nas freguesias de Esposende, Marinhas, Mar, Belinho e Antas.*

*Nesta época do ano, com maior pluviosidade, torna-se muito mais perigosa a circulação automóvel e de peões nesta via, como conseqüente risco acrescido de acidentes de trânsito.*

*Solicitamos que sejam feitas com carácter urgente as diligências necessárias junto das entidades responsáveis, para que seja corrigida esta situação com a máxima brevidade possível.”*

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo-se a um documento elaborado pelos diversos Municípios afectados com a decisão do Governo em aplicar portagens na denominada A28, documentos estes previamente distribuídos a todos os membros da Assembleia Municipal e cuja cópia se anexa e integra a presente acta, e, nesse sentido, solicitou que a Assembleia Municipal deliberasse aderir ao documento a apresentar ao Governo relacionado com essa matéria.

Continuando no uso da palavra também se referiu a um conjunto de alterações operadas pela Lei de Orçamento de Estado para o ano de 2007, as quais vão trazer enormes alterações aos direitos dos contribuintes, em suma a todos nós, designadamente no que concerne à não prescritibilidade das dívidas fiscais, à não continuidade do prazo de prescrição dessas mesmas dívidas fiscais quando a Administração Fiscal não responde em tempo útil às reclamações ou impugnações de dívidas que os contribuintes entendam como não devidas, e ainda quanto ao facto de, a partir desta lei, as garantias apresentadas nos processos de reclamação ou impugnação de dívidas fiscais deixarem de poder ser levantadas ao fim de um determinado tempo por falta de decisão sobre essas mesmas reclamações ou impugnações, situações que constituem um enorme retrocesso a nível dos direitos dos contribuintes, pelo que não pode deixar de, publicamente, manifestar o seu repúdio quanto a estas medidas.

Seguidamente foram colocadas a apreciação e votação as propostas apresentadas pelo deputado Orlando Capitão e pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo, durante o período da discussão, o senhor Presidente da Câmara Municipal prestados certos esclarecimentos relativamente ao objecto da proposta apresentada por Orlando Capitão.

Colocadas a Votação foram obtidos os seguintes resultados:

**PROPOSTA APRESENTADA POR ORLANDO CAPITÃO:**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, NESSA MEDIDA, DAR SEGUIMENTO AO PROPOSTO.

O Grupo do PSP apresentou declaração de voto do seguinte teor *“Votamos a favor, mas temos consciência de que a polivalência proposta para o terreno em apreço não é viável, até pelas explicações anteriormente prestadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, contudo, concordamos que o processo baixe à Comissão Permanente da Assembleia Municipal no sentido de que se efectue uma tentativa de aproximação de posições das partes envolvidas”*.

O deputado João Nunes também apresentou declaração do seguinte teor *“Considero que ao aprovar esta proposta, dado o seu teor, se está a desautorizar a Câmara Municipal relativamente a uma matéria que é da sua inteira competência”*.

COLOCADA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** \_\_\_\_\_

De seguida, entrando-se no período da ordem do dia, foram apreciados e votados os seguintes assuntos, constantes da agenda de trabalhos: -----

**01 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** \_\_\_\_\_

Foi presente a informação escrita do Presidente da Câmara, o qual antes da explicação e apresentação dos assuntos contido na mesma, teceu alguns comentários relativamente às intervenções no período de antes da ordem do dia, tendo, durante esta intervenção lançado um desafio, em jeito de proposta, no sentido de que o edifício do antigo Grémio da Lavoura, o qual vai ser recuperado no próximo ano no sentido de o tornar um edifício com diversas valências, entre as quais a instalação da Assembleia Municipal, venha a ser denominado de Edifício Rodrigues Sampaio.

Seguidamente interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Marinhas referindo-se ao problema das águas pluviais na estrada Nacional número 13 que continua a causar enormes problemas às populações daquela freguesia.

Interveio o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Esposende esclarecendo que a sua intervenção relativamente às grades que circundavam o monumento a Rodrigues Sampaio se devem unicamente à necessidade de, uma vez por todas, se evitar um conjunto de insinuações existentes relativamente ao destino que lhes foi dado.

Interveio João Nunes esclarecendo certos aspectos da sua anterior intervenção e questionando o senhor Presidente da Câmara acerca do que se entende por “construção a custos controlados para a Freguesia de Antas”.

Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal referindo que na próxima sessão deste órgão será agendado para conhecimento e apreciação o contrato celebrado entre o Município de Esposende e a sociedade “Águas do Ave”relativamente ao saneamento em alta.

Interveio António Pilar referindo-se a diversos problemas relacionados com saneamento e infra-estruturas diversas na urbanização junto à praia do Suave Mar.

Interveio Manuel Carvoeiro referindo que, contrariamente ao que se parece inferir das palavras do senhor Presidente da Câmara, ele, Manuel carvoeiro, na reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal sempre se manifestou contra a adopção desta solução relativa ao saneamento em alta.

Continuando no uso da palavra referiu-se ao facto de a Estradas de Portugal se ter comprometido a pavimentar as ruas alternativas de ligação entre as duas margens do rio, no período em que decorrem as obras na Ponte de Fão e, até agora, nada ter sido efectuado.

Questionou ainda se o corte de trânsito frente à Caixa geral de Depósitos se deve a problemas estruturais ou se é uma opção de circulação.

Interveio seguidamente Albino Neiva esclarecendo que, como é do domínio público, as grades do monumento a Rodrigues Sampaio fora a leilão tendo sido vendidas a uma fundição do Porto, logo, foram vendidas e fundidas e não levadas para qualquer outro local.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara prestando um conjunto de esclarecimentos relativamente às questões acabadas de lhe ser colocadas.

Interveio seguidamente Manuel Carvoeiro, em defesa da honra, referindo que a posição da CDU relativamente a concessões se deve ao seu vasto conhecimento e experiência sobre essa matéria, sendo que, Manuel Carvoeiro não está cegamente vinculado a qualquer posição do seu partido.

**02 – ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2006 – APROVAÇÃO:** \_\_\_\_\_

Foi presente a acta da última sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e três de Novembro e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A ACTA DA ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

Verificaram-se duas abstenções por, conforme declararam, não terem estado presentes.

**03 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.**\_\_\_\_\_

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

**04 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007 – PROPOSTA.**-----

De harmonia com deliberação do órgão executivo municipal, tomada em reunião realizada no passado dia catorze de Dezembro foram presentes as propostas de plano plurianual de investimentos, plano de actividades municipal e orçamento da receita e da despesa da Câmara Municipal para o ano de dois mil e sete, cujo teor aqui se dá como transcrito, ficando arquivada cópia junto à minuta da acta da presente sessão, da qual faz parte integrante:

O Senhor Presidente da Câmara fez a devida apresentação e explicação acerca dos documentos agora em presença.

Seguidamente intervieram os seguintes deputados:

Albino Neiva, cuja intervenção é do seguinte teor:

*“Os documentos previsionais que ora nos são apresentados mereceram por parte do Grupo Político do PSD algumas reflexões.*

*Atendendo ao ciclo económico negativo que o país atravessa e que tem acarretado uma alarmante instabilidade em todos os sectores da sociedade portuguesa, verificamos, com agrado, que estes documentos previsionais demonstram claramente que o nosso Executivo procura, usando todos os meios disponíveis, caminhar em contra-ciclo e continuar a conduzir o concelho na senda do desenvolvimento e do bem estar social. Verifica-se que se mantém a firme convicção, e isso é claramente reflectido nestes documentos, de que uma terra só poderá desenvolver-se com políticas e investimentos nas áreas das acessibilidades, na educação e na Acção Social. São três pilares que primam neste Plano e matérias que este Executivo elegeu como prioritárias. Vemos que num Orçamento que ronda os 20 milhões de Euros, cerca de 70% ou sejam 14 milhões, se destinam a estas áreas.*

*O Plano para a Educação é, sem dúvida, ambicioso – sem ambição nada se faz, prevendo a construção de dois Centros Escolares, a remodelação de um conjunto significativo de edifícios escolares e a realização de uma série de projectos que afirmarão Esposende como Município Educador.*

*No âmbito da Acção Social mais uma vez o Município esposendense se coloca na primeira fila daqueles que se preocupam com o bem-estar das suas populações. A construção do centro Social de Palmeira de Faro, do Centro Social de Antas, do Centro de Dia de Mar, do centro de Dia de Gemeses e a ampliação do Centro Social de Marinhas são bem o exemplo de que, contrariando o que alguns afirmam, tem objectivos bem definidos quanto à valorização social dos seus concidadãos.*



*As acessibilidades estão também na primeira fila das prioridades. Ainda bem que assim é. Nos dias de hoje é fundamental que haja uma boa infra estruturação viária, que as diferentes localidades do município sejam capazes de comunicar entre si com rapidez e segurança e que, contrariando aquilo a que o poder central pretende fazer, jamais deveremos aceitar que as vias de comunicação em vez de serem veículos de desenvolvimento possam ser factores de isolamento e estrangulamento económico e social.*

*Vemos, com agrado, que na área da Administração Geral, o executivo continua a manifestar vontade de dotar – que é também uma forma de dignificar, a Assembleia Municipal com um espaço próprio, funcional que terá por base o edifício do antigo Grémio da Lavoura. Sr. Presidente, julgamos que nesta matéria terá todo o apoio e solidariedade deste Órgão Autárquico e, de certeza que esta será uma matéria passível de estabelecer um acordo de regime e receberá o aplauso de todos os Deputados Municipais.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*

*Senhor Presidente da Câmara,*

*Senhores Vereadores*

*Senhores Deputados Municipais*

*O Grupo Parlamentar do PSD quer manifestar todo o apoio às políticas seguidas e a seguir pelo Executivo Municipal, congratular-se por este Orçamento e Plano para 2007 e afirmar que votaremos a sua aprovação final.” Seguem-se assinaturas.*

José Felgueiras que solicitou um conjunto de esclarecimentos.

Manuel Carvoeiro, cuja intervenção é do seguinte teor:

*“Há um ano atrás, precisamente quando procedíamos à análise e discussão dos documentos previsionais, referi nesta Assembleia Municipal que a Câmara não havia dado cumprimento à Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, mais conhecida pelo Estatuto da Oposição. Efectivamente, recordo que tal normativo plasma que os partidos da oposição que não têm pelouros distribuídos no executivo do Município, devem ser consultados durante a elaboração dos documentos previsionais. Só que, mais uma vez, a Maioria PSD com assento na Câmara Municipal postergou esta estatuição legal, atitude que lemos como um claro desrespeito pela oposição! Trata-se de uma postura política lamentável e que é preocupante! É que, os partidos devem ser escolas de democracia e só o podem ser quando lhes são fornecidos todos os elementos essenciais para desenvolverem a sua actividade política. Na minha opinião os planos e orçamentos, bem como os relatórios de gestão deveriam merecer uma discussão aprofundada, desde logo, num tempo anterior às sessões em que são aprovados.*

*Por que não foram, nesta matéria, e conforme decorre da Lei, ouvidos os partidos da oposição, Sr. Presidente da Câmara?*

*Sinalizada a omissão referida e expendida a pergunta necessária, que, desta vez, espero ver respondida, importa, agora, centrar a nossa atenção nos documentos previsionais para 2007.*

*Assim, começo por verificar que, na Introdução a tais documentos, o Sr. Presidente da Câmara, em jeito explicativo, refere: “ Estes documentos previsionais reflectem um objectivo que consiste na promoção de um desenvolvimento equilibrado e sustentado do município” e afirma, ainda “ o nosso principal objectivo para 2007 é dar continuidade aos projectos iniciados e arrancar com novos investimentos, se houver condições para tal”. Descortino deste proémio justificativo, do Sr. Presidente do Executivo Municipal, uma antecipada*

*justificação para um cenário, por certo, de profunda aridez no que concerne à efectivação de novos investimentos. O Sr. Presidente da Câmara firma o pé e, desde já, deixa perpassar que 2007 será mais do mesmo, isto é, ficaremos pela continuidade. E falar da continuidade, em Esposende, é tudo menos desenvolvimento equilibrado e sustentado do município. O desenvolvimento equilibrado pressupõe, necessariamente, a existência de um farol orientador, verdadeiro rumo que, por cá, não se vislumbra e, muito menos, nestes documentos previsionais. O desenvolvimento equilibrado e sustentado implica opções integradas e estratégicas nas vertentes sociais, culturais e económicas. Temos estas opções, com tal feição, em Esposende? Sendo rigorosos na análise, todos sabemos que não temos. Não digo que estamos perante um verdadeiro deserto de realizações. Não! Se o fizesse estava a ser politicamente desonesto. Existem realizações, existem algumas obras, alguns eventos ( relevo o recente espectáculo de Sasseti /Laginha, o último espectáculo de música clássica na igreja Matriz de Esposende e a iniciativa “ músicas na praça”), mas o seu carácter desgarrado, descontínuo e a sua feição atomista leva-nos a afirmar que temos não um desenvolvimento equilibrado, mas um crescimento que obedece a uma gestão por impulsos. Por isso, falar na continuidade significa, Sr.s Deputados, persistir com os erros do passado. Por exemplo: por cá construíram-se espaços desportivos – estádios de futebol, mas continuamos, hoje, nesta Terra litoral, sem um espaço multiusos no plano desportivo – o tal Centro de Estágio que o saudoso Professor Manuel Ribeiro, preconizou com grande ênfase e que gostaríamos de ver plasmado nestes documentos. Associada a esta infra - estrutura seriam criados postos de trabalho directos e indirectos, seriam, necessariamente, construídas infra – estruturas de acolhimento no campo da Hotelaria, seria desenvolvido o Turismo.*

*Mais. Em tempos falava-se por cá no Turismo de qualidade como forma de colocar em debanda o Turismo, impropriamente designado, de pé – descalço. Em obediência a esta lógica completamente sectária, foram licenciados e surgiram os condomínios fechados, tendo partido aqueles que, no litoral do nosso concelho, acampavam e arrendavam casas gerando mais – valias. O que lucrou o nosso Concelho com o fim do campismo de massas? O que lucraram os nossos comerciantes? Por que não se fazem outras opções, isto é, porque não se aposta na construção de parques de campismo e caravanismo com qualidade? Eis, pois, uma omissão grave que persiste, também, nestes documentos previsionais.*

*Hoje, temos a destruição, quase total, do nosso património paisagístico e ambiental. Hoje temos um concelho esbulhado das suas riquezas naturais, com efeitos nefastos na orla costeira propriamente dita e nas zonas contíguas. Isto não é desenvolvimento equilibrado e sustentado. Como não é desenvolvimento equilibrado e sustentado ter um concelho onde vigora a especulação imobiliária, onde o betão ocupou, e continua a ocupar todos os espaços, pouco restando das zonas verdes nos tecidos urbanos e peri – urbanos do Município, designadamente no miolo da cidade de Esposende. Temos um concelho onde os preços no mercado dos imóveis são proibitivos, forçando à saída das gentes, principalmente dos jovens, para a periferia, surgindo, em consequência, a desertificação dos núcleos históricos, situação bem visível em Fão e Esposende.*

*Desenvolvimento equilibrado e sustentável quando, de forma passiva, a Câmara anuiu sobre a recuperação/remodelação da velha Ponte de Fão, com uma utilidade que a propecta idade desta Ponte não aceita, sendo conhecido que, depois de recuperada, a mesma jamais suportará a passagem de veículos pesados de mercadorias. Ora se assim é, aquela travessia deveria, Monumento Nacional, deveria ser uma infra – estrutura, utilizada para trânsito*

*pedonal e de velocípedes, inserida numa ciclovia entre Apúlia e Antas, encostada à faixa litoral – a Ciclovia do Atlântico ou do Baixo Cávado. Em alternativa, deveria ser construída uma nova Ponte, medida que a Câmara nunca defendeu até à decisão do Poder Central relativa à recuperação da Ponte, só o fazendo, timidamente, depois de a CDU, com afincos e determinação, ter enfatizado esta necessidade, verbalizada até à exaustão e até com emoção pelo meu camarada e amigo, Prof. Manuel Ribeiro, comunista sempre convicto e coerente com os seus ideias e com uma grande visão de futuro. Por que não avança a Câmara com esta obra estruturante, uma ciclovia, na faixa litoral do nosso concelho? Também, sobre isto nada vemos nestes documentos previsionais.*

*Não se pode falar em desenvolvimento equilibrado e sustentável quando a “ rota do abandono ” concelho continua intacta. De facto, assim é! A Necrópole de Fão jaz abandonada e escondida naquelas ervas que crescem, crescem! O Facho da Bonança já foi, e hoje nem como monumento histórico é! O cenário, outrora mais belo e atraente de Esposende – Moinhos e Azenhas de Abelheira, paisagem admirada, cantada pelo rancho Folclórico, As Moleirinhas, lá continua, vergonhosamente, votado ao abandono. A casa de Manuel de Boaventura e muitos outros locais de interesse patrimonial pairam nas prateleiras das opções políticas.*

*O mesmo se diga sobre a Educação, sobre a Acção Cultural. E tudo isto resulta das opções pretéritas que são as mesmas que marcam a agenda dos dias que passam.*

*Efectivamente, não se descortinam intencionalidades que catapultem Esposende para uma posição que nos permita ocupar um dos primeiros lugares em termos comparados.*

*Agora, de forma mais focalizada.*

*Quanto à Educação refere-se a construção do Centro Escolar de Esposende e de marinhas. Mas, já houve o necessário debate com os actores educativos concelhios sobre as tipologias a erigir? Vamos continuar a elaborar projectos que a DREN sistematicamente reprova? Não foi o que aconteceu já com a EB1 de Esposende, Sr. Presidente da Câmara?*

*Então se não foi feito o necessário debate, se não existe, sequer, um Projecto Educativo Municipal, como podemos levar a sério a intencionalidade plasmada pela Câmara nos documentos previsionais que ora estamos a discutir? Vamos ter decisões em gabinete sem a efectiva participação da Comunidade educativa? Responda, Sr. Presidente da Câmara?*

*Também nada vislumbramos sobre a preservação da Necrópole de Fão!*

*Nada se diz ou prevê sobre os Moinhos da Abelheira!*

*Nada se refere sobre a concepção do Projecto educativo Municipal!*

*Nada se diz sobre a construção de parques de campismo!*

*Verificamos, ainda, um peso significativo das despesas correntes, no fundo, aquelas que estão relacionadas com a alimentação da estrutura municipal (46,3%) do orçamento da despesa.*

*Não compreendemos, por isso, emerge o necessário esclarecimento, a razão pela qual são tão elevadas as dotações, concretamente, no que diz respeito às despesas de representação – 70.000,00€!*

*Do mesmo passo, continuamos a achar que há uma dotação exagerada relativamente à aquisição de serviços, designadamente, estudos, pareceres, projectos e consultadoria – 947,107,106€. O mesmo se diga sobre a rubrica outros serviços – 871,800€*

*Atento às despesas de Capital, centro a minha atenção na rubrica edifícios, designadamente escolas e outros com uma dotação, respectivamente, de 851,421€ e 1.902.050€. Sendo*

*dotações com uma feição previsional há, neste momento, alguma sustentação em projectos (candidaturas) que permitam obter receitas para fazer face a estas despesas de capital?*

*E qual é a dotação para as actividades da Casa da juventude? Que acções, que projectos? Nada se vislumbra no Plano sobre esta matéria!*

*De tudo resulta, na nossa óptica, na óptica da CDU, que os documentos previsionais demonstram que se está longe de atingir o propalado desenvolvimento equilibrado e sustentado do nosso concelho.*

*Estamos perante documentos, designadamente o orçamento onde as dotações de despesas correntes crescem, crescem, sendo bem visível a continuação de uma lógica que sustenta não o investimento propriamente dito, mas a máquina funcional e administrativa do Município.*

*Por último, registo com agrado a inscrição de dotações específicas para a Assembleia municipal. Creio que é a primeira vez que tal acontece, o que constitui, claramente, uma forma de dignificar este órgão do Município de Esposende.*

*Disse.”*

*Segue-se data e assinatura.*

Orlando Capitão cuja intervenção é do seguinte teor:

*“Grande parte dos investimentos do Plano para 2007, distribuídos pelos diversos sectores da actividade, são enunciados de forma bastante vaga, podendo contemplar um número considerável de acções. Isso explica que a maior parte dos objectivos definidos é repetição literal do Plano de 2006.*

*Acréscce que é, por demais, evidente que muito do que o Plano comporta não será realizado em 2007, por falta de meios e até de tempo.*

*A enunciação não me parece criticável. O que não me parece aceitável é que não sejam definidas prioridades. Assim, ao longo do ano, a gestão pode correr ao sabor das ondas, permitindo que acções menos urgentes e de menor interesse geral avancem em detrimento de outras mais necessárias e urgentes para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento do concelho.*

*O orçamento mostra que as receitas correntes previstas para 2007 são superiores às previstas para 2006 em 3.259.951,00 €. A previsão do IMI para o próximo ano excede a prevista para este ano em 67.930,00 €. O previsto crescimento deste imposto, que tem considerável impacto na fixação das pessoas e na atracção de comércio e indústria, pouca influência teve na previsão da subida das receitas correntes.*

*Por outro lado, prevêem-se para 2007 mais 1.975.248,00 € de despesas correntes que as previstas para 2006. Destas despesas, as previstas para pessoal crescem 427.866,00 €, em relação ao ano corrente.*

*Mas se as despesas correntes para 2007 sobem – e muito – as despesas de capital decrescem 3.292.206,00 €. Isto mostra que vamos ter menos investimentos. “*

João Nunes, cuja intervenção é do seguinte teor:

*“Quando se faz referência na introdução deste Orçamento para 2007 às “fortíssimas restrições impostas pelo Governo”, seria bom evidenciar-se os valores a transferir para Esposende, directamente do Orçamento do Estado, pois manda a verdade que se diga, que o Município de Esposende irá receber em 2007, mais do que recebeu nos anos anteriores. Não sendo muito, sempre são, mais 59 mil euros.*

*Em termos teóricos, todas as Juntas de Freguesia irão sentar-se à mesa do Orçamento. Com verbas definidas, nem Todas as Juntas vêem aquela sua obra com uns euritos aprovados, mas fica sempre a esperança que com maior ou menor jogo de cintura, com maior ou menor poder de persuasão, serão capazes, os senhores Presidentes de Junta, de conseguir os seus objectivos. E se não, ficará para o ano seguinte.*

*As Despesas com Pessoal sobem cerca de 11%, com destaque para um aumento significativo no “Pessoal em regime de tarefa ou avença” que passa de 152 mil euros para cerca de 330 mil euros. As Despesas Correntes, prometem um crescimento muito próximo dos 2 milhões de euros. Diante deste “continuar crescendo” das despesas do Município, seria bom que o Executivo Camarário, arrepiasse caminho, pois “mudar é preciso”, já que os impostos nacionais e locais, grandes financiadores dos Municípios, pouco mais podem crescer.*

*Os objectivos estabelecidos, quer no Plano de Actividades quer no Plano Plurianual de Investimentos, não serão totalmente realizados, pois a Autarquia teria de suportar na qualidade de fonte financiadora, 13,2 M€ (treze milhões e duzentos mil euros), o que não é verificável, atendendo à capacidade limitada de gerar receitas por parte da Câmara Municipal.*

*Ainda no Plano de Investimentos, não nos parece curial, a referência ao Projecto Valimar Digital, que apresenta exactamente o mesmo valor do ano anterior, pois para 2007, Esposende e Caminha continuam a não estar inseridos nesse projecto.*

*Aproveitamos para informar, que na Assembleia da Valimar Comurb, não votamos favoravelmente, o Orçamento da Comunidade para 2007, pelo facto de, nas Transferências de Capital, relativas aos Investimentos dos Municípios que se candidataram a Fundos Comunitários, e num universo de quase 9 milhões de euros, o Município de Esposende apenas estar contemplado com 177 mil euros, (2%), o que bem comprova que esta não é a nossa Comunidade.*

*Mas voltando ao Orçamento da Câmara, salientamos que em relação às Receitas, o Município de Esposende, prevê um crescimento de 193 mil euros nos Impostos Directos, Indirectos e Taxas, e, nos Rendimentos de Propriedade surge uma nova rubrica, onde a Câmara Municipal prevê arrecadar em Rendas de Edifícios, cerca de 1.050M€ (um milhão e cinquenta mil euros). Apesar das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara, não é crível que este valor seja realizado.*

*Mas o que mais agride neste Orçamento, e por isso ele é injusto e impiedoso, é a previsão de receita nos “resíduos sólidos”, - lixos - que passará de um rendimento de cerca de 506 mil euros para uma receita na ordem de 1,2 M€ (um milhão e duzentos mil euros). É grave pela expectativa da subida descomunal à volta de 137%, e grave ainda, porque não obedece ao princípio da consistência, uma vez que é alterada a política contabilística de um exercício para o outro.*

*Em 28 de Dezembro de 2005, nesta Casa, fizemos referência à ausência no Orçamento para 2006 da receita proveniente da Recolha dos resíduos sólidos, que rondaria os 500 mil euros. A Assembleia Municipal ficou a saber, depois das explicações do Senhor Presidente da Câmara, que essa receita passaria a fazer parte das Receitas da Esposende Ambiente, com o que discordámos.*

*No Orçamento de 2007, volta a aparecer como receita da Câmara Municipal.*

*Pelas razões expostas, e sobretudo pela previsibilidade de um aumento exageradíssimo nas Tarifas do Lixo, sem qualquer razão que o justifique, e pela certeza que a curtíssimo prazo*

*as Tarifas relativas ao Saneamento também subirão para valores arrasadores, entendemos ser imprudente apoiar o Orçamento para 2007.*

*Não podemos nem devemos ser cúmplices do agravamento brutal do custo de vida da população do Concelho de Esposende, e por isso, votaremos contra o presente documento.”  
Segue-se assinatura.*

Losa Esteves que referiu que se vai abster na votação destes documentos porque nos mesmos o que aparece relacionado com a Freguesia de Marinhas ou aparece sem qualquer dotação ou com dotação insuficiente para o que se pretende levar a efeito. Referiu ainda que pretende vincar que, sendo um acérrimo defensor do Centro Escolar, entende contudo que o mesmo deveria ser construído nos terrenos contíguos à escola EB 2 3.

Interveio seguidamente o senhor Presidente da Câmara que prestou diversos esclarecimentos.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA ABSOLUTA APROVAR O PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL E ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O ANO DE 2007.

Verificaram-se 24 votos a favor, 9 votos contra e 2 abstenções.

O Grupo Político do CDS/PP apresentou declaração de voto cujo teor se transcreve: “*O Grupo Político CDS/PP votou contra o Plano e orçamento para 2007 por estes documentos não definirem prioridades, relativamente aos investimentos propostos; por nada preverem, em concreto, para algumas zonas da cidade de Esposende em que faltam infra-estruturas básicas, falta que as coloca em pior situação que as piores zonas das freguesias rurais; por apresentarem um considerável aumento das despesas correntes, designadamente das despesas com pessoal; por não revelarem qualquer preocupação em fixar as pessoas no concelho e em atrair comércio e indústria, com o conseqüente risco de decréscimo do emprego, o que seria incentivado pela baixa da taxa do IMI, que o crescimento das receitas correntes permitiria.*”

Apresentou também declaração de voto José Felgueiras do seguinte teor “*Votei a favor na presunção de que o ano que vem será um ano de viragem e acredito que será o relançamento de um trabalho que foi começado e em que haverá uma nova etapa a prosseguir, salientando que a Junta de Freguesia de Esposende, que aqui representa, se mostra disponível para ser um parceiro no desenvolvimento desses projectos.*”.

#### **05 - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM – PROPOSTA.-----**

Foi presente a seguinte proposta, de harmonia com deliberação da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada no passado dia dezasseis de Novembro: “*Atendendo às competências cometidas à Assembleia Municipal em matéria de criação de taxas e fixação dos respectivos quantitativos, as quais se encontram consagradas no artº 53º/2 e) da Lei nº 169/99, de 18/9, atendendo às disposições contidas na Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro, designadamente no*

*seu artº 106º, no que concerne à necessidade de fixação anual do percentual a aplicar sobre cada factura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público, vulgo Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP), PROPONHO que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para o ano de 2006, ou seja, de 0,25%.”*

O senhor Presidente da Câmara apresentou os documentos e prestou os devidos esclarecimentos.

Interveio João Nunes questionando se o valor inscrito no Orçamento de Receita para o ano de 2007 relativo a esta taxa é real ou fictício, tendo o senhor Presidente da Câmara prestado os devidos esclarecimentos.

Colocado o assunto à votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO, APROVAR A TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2007 NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. -----

**06 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** \_\_\_\_\_

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

Antes do encerramento da sessão, a Mesa apresentou relatório sobre a actividade desenvolvida pela Assembleia Municipal desde o início deste mandato e até à presente data. -----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a acta da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, QUE FOI APROVADA POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES. \_\_\_\_\_

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da acta da presente sessão, que, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por UNANIMIDADE DOS PRESENTES. \_\_\_\_\_

---Sendo vinte e uma horas, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.

O Presidente da Assembleia,

\_\_\_\_\_  
O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
ESPOSENDE

ACTA  
Nº 07 / AM / 2006  
SESSÃO ORDINÁRIA  
20 de Dezembro de 2006